

**PKS**

**PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT**

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

**OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS**

## **MODERNIZAÇÕES E ESPAÇOS SELETIVOS NO NORDESTE BRASILEIRO**

*Virginia Célia Cavalcante de Holanda<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Professora do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: [virginiaholand@hotmail.com](mailto:virginiaholand@hotmail.com)

*Artigo recebido em 14/01/2014 e aceito em 08/09/2014*

### **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo entender como o espaço urbano de muitas cidades, longe das já consolidadas metrópoles, passam em diferentes proporções por profundas mudanças dentro de uma lógica modernizante; na sua economia urbana, na estrutura do emprego, na forma de morar, circular e consumir, entre outros; resultando num acelerado processo de urbanização e em crescentes desigualdades socioespaciais. A reflexão se detém no atual período histórico, compreendido aqui como período técnico-científico-informacional. Sem perder de vista a totalidade, o recorte espacial constitui-se da cidade de Sobral situada no estado do Ceará, cuja formação data do início do século XVIII, ocupando desde então lugar de destaque na rede urbana cearense, nos aspectos político, cultural e econômico, revelando-se, no presente, em *espaço seletivo* no Nordeste Brasileiro. A base da empiria sendo pensada através das características e articulações dos dois circuitos da economia urbana usualmente conhecidos como; formal e informal. Nos interstícios dessa coexistência identifica-se a conexão lugar/mundo e como ocorre o grito do território, ou seja, como emerge a força do lugar em regiões pobres.

**Palavras-chaves:** Nordeste Brasileiro. Modernizações. Seletividade.

### ***MODERNIZATIONS AND SELECTIVE SPACES IN THE BRAZILIAN NORTHEAST***

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to understand how the urban space of many cities, far from the ones that are already consolidated as Brazilian metropolis, goes through deep changes in different aspects of life in a modernizing logic; in its urban economy, in the job structure, in the way that the people live, circulate and consume, resulting in an accelerated urbanizing process and in some growing social-spatial inequalities. The reflection focuses on the current historical period, considered here as a technical- scientific-informational period. Without lose the sight of the totality, the space analyzed is part of the city of Sobral, located in Ceará, whose formation was in the beginning of 18th. Century, occupying since then an important place in the urban net in this state in different aspects such as political, economical and cultural, revealing itself in the present days as a selected place in Northeast Brazil. The empirical base was thought through the characteristics and articulations between two urban economical circuits usually known as; formal and informal. In the time of this co-existence we identify the connection place/world and how occurs “the territory shout”, it means, how emerges the strength of the place in poor areas.

**Keywords:** Northeast Brazil. Modernization. Selectivity.

## INTRODUÇÃO

### **De qual Nordeste estamos falando?**

Para fins dessa discussão, falamos do Nordeste brasileiro como unidade geográfica oficialmente definida pelo IBGE, embora reconheçamos que, historicamente, essa unidade se constituiu por diversos Nordeste. Essa unidade, almejada pela conjugação de interesses diversos, agilizou-se a partir da segunda metade do século XX pelos sistemas de ações, normas e objetos criados pelo Poder Público.

Com a implantação da economia agro exportadora no Brasil, o litoral do Nordeste desempenhou papel preponderante, fortalecendo o processo de colonização, sobretudo por meio da edificação dos primeiros núcleos urbanos do território brasileiro. A sua base econômica estava pautada na produção e comercialização da cana-de-açúcar. Iniciada por volta de 1530, essa cultura na região somente se enfraquece economicamente em um longo processo histórico.

A criação do gado, que pelas características do criatório, contribuiu para a ocupação dessa região, tem expressão considerável por seguidas décadas; os boiadeiros adentravam cada vez mais na Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, acompanhando os vales úmidos do Rio São Francisco, chegando aos rios Parnaíba, Tocantins e Araguaia. O desbravamento via criação de gado propiciou de certa forma a formação dos imensos latifúndios iniciados em fins do século XVII. Criadores paulistas também embrenharam no sertão nordestino através do vale do São Francisco, atingindo as terras do Piauí. Em meados do século XIX, o açúcar deixa de ser o principal produto na pauta de exportação brasileira, mas o território Nordestino conta com outra importante atividade agrícola, *o fumo*, tendo como grande área produtora o Recôncavo Baiano.

Durante a exploração das minas, a economia açucareira permanece como atividade paralela, mas se fragilizou por fatores como o aumento do preço do escravo, concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas, transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. O Rio de Janeiro passa a ser o espaço privilegiado da circulação do ouro. Num primeiro momento, a exploração e a marcha do ouro no território brasileiro vão gerar sinais de articulação entre as diferentes áreas, entre a criação do gado e a produção de alimentos na Bahia em direção às minas. O Sul vende sua carne de gado também para as minas, articulação abortada prematuramente devido a interesses políticos.

Se a riqueza do Nordeste açucareiro levou à formação de uma legião de pobres, a sociedade das minas, embora mais complexa e aberta, foi tão pobre quanto a sociedade nordestina açucareira. Ambas contribuíram para a concentração e a pobreza nos núcleos urbanos nascentes em suas

respectivas regiões, bem como “incentivaram” a gênese das primeiras correntes migratórias internas significativas, pautadas na luta pela sobrevivência, rumo às minas.

A exploração das minas era vista como exclusividade dos paulistas, deixando de fora o restante dos trabalhadores brasileiros e os migrantes portugueses, exclusão e/ou animosidade que resultou na Guerra dos Emboabas (1708-1709), com paulistanos de um lado e, do outro, estrangeiros e nordestinos contestando a exclusividade reivindicada. Os paulistas, como não conseguiram o que almejavam, tiveram que dividir a exploração das minas com aqueles que consideravam migrantes, invasores e oportunistas.

Com a decadência das minas, o algodão passa a figurar como um novo produto, desenvolvido, sobretudo, pela Companhia do Comércio criada pelo Marquês de Pombal. O Nordeste tornar-se-ia grande produtor do mesmo. Nas províncias do Norte e do Nordeste, sua produção se concentrava em parte dos estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A produção, realizada em consórcio com outras culturas de alimentos, e a venda, voltada para o mercado local, fizeram do algodão o primeiro produto a ser beneficiado por meio de máquinas no Nordeste. Tornando-se, então, o movedor da implantação das primeiras indústrias têxteis no país. Com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, entre 1861 a 1865, o algodão atinge o segundo lugar na pauta de exportação, pelo menos por uma década, entre 1861 e 1870.

Através do circuito econômico dessas atividades, vão se constituindo os pontos nodais das rotas de exportação, em especial os portos. O espaço do Nordeste brasileiro foi se organizando com esse padrão de ramificação ainda no século XVI. Esse sistema de circulação subdividida agregava uma considerável rede fluvial e muitas picadas com vias estreitas.

Fatores de ordem econômica, política e social vão aos poucos colaborando para a modificação da urbanização e, conseqüentemente, com a inversão da “centralidade”. Dessa forma, no início do século XIX, o Brasil continua tendo na economia agrária a sua base econômica, no entanto, o café agora comparece como principal produto de exportação.

A produção do café acaba por efetivar o comando econômico e político para o qual viria a se consolidar como Região Concentrada do Brasil. Com São Paulo dando os sinais de sua força motriz nessa região, os portos se equipavam, surgiam novos mecanismos de créditos e revolucionavam-se os transportes através da malha ferroviária, principalmente depois de 1870.

Com essa produção, surge o baronato do café, que se desdobrará na burguesia do café em fins do século XIX, iniciando um processo de acumulação que dará sentido à composição de uma economia capitalista no país. Esse processo de acumulação progressivamente vai proporcionando a diversificação de investimentos, primeiramente com a formação de um mercado de terra rural e depois

urbano. Em seguida a produção industrial, dentro de uma pequena rede de cidades que se formaram em torno da expansão do café, investimentos em bancos, ferrovias, comércios, etc; tudo isso acomodando os nascentes sinais de pressão sobre a circulação e o consumo.

A efervescência do quadro político estava ancorada na força do movimento republicano, paralelo a ele o abolicionismo tomava fôlego. Nas províncias do Norte já não se tinha interesse pelo sistema escravista e, no Nordeste, o Ceará declarou o fim da escravidão em 1884.

A abolição ocorreu no restante do território em 1888, emergindo outras relações de trabalho com a incorporação de uma mão-de-obra livre na atividade produtiva. No campo surge a figura do parceiro que se dedicava ao trato e colheita do café, dividindo com o proprietário os lucros e prejuízos da safra, uma parceria na prática extremamente desigual, levando a conflitos. Na tentativa de apaziguá-los, criou-se o sistema de colonato.

Aos poucos o Nordeste vê submergir a economia açucareira e crescer a exportação do café. A economia açucareira vai ficando cada vez mais embaraçada, dentro do lento processo de modernização que ocorria de forma pontual no território. Assim, em 1875, a participação desse produto na exportação brasileira cai em cinquenta por cento. O capital gerado da venda do açúcar não se expandiu em direção a outras atividades lucrativas, contribuindo também para o crescente isolamento do Nordeste em relação à Região Concentrada.

O Norte do Brasil, que até então era conhecido economicamente apenas pelas drogas do sertão, se firma com a extração e exportação da borracha na segunda metade do século XIX. Transforma-se num espaço regional de atração de migrantes, recebe uma população oriunda principalmente do Nordeste, fugindo das secas que atingiam periodicamente a região. Mas a exportação da borracha leva ainda décadas para adquirir importância e, entre 1881 e 1890, passa a ocupar o terceiro lugar nas exportações, período conhecido como o *boon* da borracha.

Uma parte do território brasileiro continuou a ser utilizado na produção voltada ao consumo interno, dentro de um espaço contíguo, é o caso da criação do gado e da produção de gêneros alimentícios no sertão nordestino, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essas atividades eram consideradas “menos nobres”, no que se refere aos interesses da colônia, no entanto no Rio Grande do Sul não impossibilitou a construção de uma elite econômica forte e com significativa participação na vida política brasileira, especialmente no Brasil República.

Na primeira República, apenas algumas unidades federativas tiveram presença marcante no comando político do país. No Nordeste, a Bahia com seus 22 deputados e Pernambuco com 17. Foi esse último estado que, no período compreendido entre 1896 a 1911, liderou o Nordeste. As brigas entre Nordeste e Sudeste foram muitas e de origens diversas, a maior delas por conta das ações

políticas levadas a ferro e fogo para a valorização do café e uma crescente diminuição dos impostos obtidos pelos estados do Nordeste nas exportações, o que levava essa região a uma relação de dependência com a União.

Não é demais lembrar que as ações conduzidas pelo governo federal, para manter o café na pauta de exportação, sem nenhum prejuízo para seus produtores, interferiam negativamente em outras regiões (FURTADO, 1961). A isso se chamou “socialização das perdas”, haja vista o governo sempre dar um jeito de atenuar as crises cíclicas do café, situação que continua a se repetir no governo republicano.

Como salientamos, foi a necessidade de beneficiamento do algodão que proporcionou o surgimento das primeiras indústrias do país, primeiramente instaladas no Nordeste. A demanda era, principalmente, da população de baixa renda e dos escravos. A partir de 1866, os estados da Bahia e do Ceará foram núcleos consideráveis nesse processo de industrialização; depois de 1885 a produção industrial se deslocou para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em termos percentuais, na última década do século XIX, o Rio de Janeiro detinha 57% do capital industrial. Afinal de contas era a capital do país e contava também com privilegiada localização geográfica.

As mudanças supracitadas consolidam a tendência de desenvolvimento econômico na Região Concentrada do país a partir de 1870. Como crescente mercado distribuidor de produtos importados, abrigo de migrantes, multiplicação de serviços urbanos, São Paulo crescia rapidamente (empregos burocráticos, sede de bancos, artesanato etc). Apresenta-se sobre o território um quadro constituído, claramente, por uma relação centro-periferia com consequências previsíveis, a maior delas, a acumulação das desigualdades regionais.

Tecem-se sobre essas desigualdades olhares diferenciados, enquanto o economista Celso Furtado (1961) analisa que, parte da riqueza da Região Concentrada, seria fruto das transferências de recursos do Nordeste. De outra perspectiva, Cano (1977) acredita que a expressão da Região Concentrada resulta do trabalho e da capacidade de se desenvolver, embora reconheça também o processo de polarização, não vendo nela uma decorrência da relação Centro-periferia .

Mas há de se entender que o verdadeiro problema do chamado “imperialismo interno” é o comando automático de capital, através da concorrência capitalista que se processa em forma livre, num espaço econômico nacional internalizado, onde os interesses privados de maior porte não são efetivamente regionais. Há, em síntese, a concentração em um Centro Dominante, que imprime os rumos decisivos do processo de acumulação de capital a escala nacional. (CANO, 1985).

O fato é que essas desigualdades regionais são cumulativas, ocasionando subespaços derivados dentro de um território que já em sua totalidade é derivado. A seguir, nos deteremos em um desses subespaços, para a compreensão ainda mais claramente como a seletividade de hoje tem em uma de suas variáveis questões históricas.

## **SOBRAL NO CONTEXTO DAS SELETIVIDADES ESPACIAIS DO NORDESTINO**

O processo de ocupação e organização do espaço cearense foi iniciado no século XVII, fase em que ocorria a exploração do litoral do Brasil pelos portugueses. Exploração incentivada pela expansão mercantilista da Europa, caracterizada pela busca incessante de novos mercados e novas mercadorias. No entanto, ao contrário de outros estados nordestinos, o Ceará foi ocupado do interior para o litoral em decorrência da expansão da pecuária extensiva, que já não dispunha de áreas nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, uma vez que a atividade açucareira em plena expansão substituíra a atividade pecuária.

O predomínio da pecuária extensiva ocorreu de forma dispersa no território cearense, as fazendas se espalhavam sertão adentro, objetivando a auto-subsistência, o que acaba por adiar a formação dos núcleos urbanos com vida econômica. As primeiras vilas formadas, tinham funções militares, administrativas ou religiosas. (Figura 01)

A criação de gado, primeira atividade econômica desenvolvida no Ceará, foi importante fator de organização do seu espaço. Era dependente da cultura canavieira, mas constituía também uma atividade de subsistência de sua população. (AMORA, 1994a, p. 121).

Figura 1: Esboço dos Caminhos da Pecuária no Sertão Cearense



Fonte: ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. Sobral: HUCITEC, 2003.

As pequenas vilas, que progrediam, estavam nas áreas onde existiam as capelas, construídas, em sua maioria, próximas às margens dos rios. A posição geográfica era um fator preponderante para a evolução desses núcleos, devendo estarem situados em áreas que favorecessem o desenvolvimento de uma produção agrícola local, ou fossem cruzamento de caminhos.

A expansão das atividades ligadas ao comércio e às organizações religiosas, tiveram uma importância fundamental para o desenvolvimento das aglomerações urbanas. Na realidade, os primeiros núcleos urbanos eram quase sempre o lugar onde se realizavam o comércio, e o ponto de encontro para as festas religiosas. (SOUZA, 1995, p. 105).

Mas a configuração territorial cearense começa a se definir de fato no final do século XVIII, quando se encontram constituídas doze vilas: Aquiraz (1713); Fortaleza (1726); Icó (1738); Aracati (1748); Caucaia (1759); Viçosa do Ceará (1759); Crato (1764); Baturité (1764); Sobral (1773); Granja (1776); Quixeramobim (1789); Guaraciaba do Norte (1796). A lentidão no processo de formação destas vilas deveu-se ao fato do pouco interesse dos invasores pelas terras do *Siará Grande*, situação diferente da ocorrida com Pernambuco e Bahia.

As terras *Siará Grande* não provocaram interesse, nem mesmo ao invasor. Os homens brancos encontrados entre os nativos, pelos primeiros exploradores, aqui chegaram como piratas aventureiros, sem nenhuma iniciativa colonizadora. (GIRÃO, 1994, p. 25)

Sobral como vila torna-se um nó de tráfego importante no sertão norte do Ceará, funcionando como rota comercial de Camocim e Acaraú. A origem de Sobral está ligada à fazenda caiçara, às margens do rio Acaraú, criada no início do século XVIII. O nome Sobral é de origem latina, *suber*, que derivou em souveiro, árvore originária de Portugal, a que foi acrescentada a terminação “al”, significando abundância. O núcleo inicial ficou conhecido com o mesmo nome da fazenda, Caiçara, até 1773, período da criação da Vila Distinta e Real de Sobral, quando conquistou o direito de eleger seus representantes através do voto, sendo eles (representantes) dos grandes proprietários de terras no local.

Quanto à hierarquia política, a vila de Sobral, assim como o Ceará, inicialmente subordinava-se à província da Bahia e depois à província de Pernambuco, mantendo com as mesmas relações comerciais constantes, ocasionando, por sua vez, no nascimento de uma classe social um pouco “*elitizada*” e moldada ao modelo da capitania de Pernambuco.

Foi a fase de estruturação das elites sociais e políticas da vila, feita segundo moldes copiados e adaptados dos padrões da Zona da Mata. Fortaleza e Aquiraz não contavam com a influência nem mesmo pequena, principalmente pelo isolamento em que vivia a Zona Norte do Ceará, em relação a essas vilas. (SOUZA, 1972, p. 118)

A atividade comercial aos poucos vai se firmando na vila de Sobral e em outros núcleos, assentada, sobretudo, no desenvolvimento da pecuária, dando suporte para uma vida econômica no processo de formação da capitania cearense.

O Ceará consegue sua emancipação política em 1821, reflexos talvez da organização administrativa oriunda da evolução econômica e social que já se estabelecera. Nasce Fortaleza, a primeira cidade, em 1823. Em seguida, antigas vilas tornam-se cidades, Sobral foi a primeira delas, pela lei nº 299, de 12 de janeiro de 1841 e, nos três anos seguintes, se emancipam Icó, Aracati e Crato.

As cidades de Sobral e Aracati buscam a intensificação das suas funções comerciais, ambas exportam a carne de charque diretamente para Bahia, Pernambuco e Portugal, chegando a exercerem influência até mesmo sobre Fortaleza, distante 230 Km de Sobral.

Para entender a organização espacial do Ceará, conforme o poder público neste período, buscamos embasamento em um estudo realizado pela extinta Superintendência para o Desenvolvimento do Ceará (Sudec). Neste trabalho, discutem-se as categorias de cidades no final do século XVIII.

O estudo leva em consideração a função das atividades predominantes e a dinâmica das aglomerações. As atividades são as de serviços, comércio, indústria, agricultura e administrativa. Fortaleza, juntamente com Aquiraz e Granja, fazem parte das cidades de 3º nível, as duas primeiras apresentando destaques quanto às funções administrativas. Neste momento, elas tinham pouco intercâmbio comercial com os demais núcleos e Granja aparece no mesmo nível pela atividade industrial. Camocim, Acaraú e Quixeramobim faziam parte das cidades de 2º nível, tendo como função básica o setor comercial. As cidades de 1º nível eram Sobral, Aracati e Icó, Crato com as mesmas funções básicas, comercial, administrativa e de serviços.

Assim, no final do século XVIII, os papéis de algumas cidades são bem definidos; quanto a dinâmica das aglomerações aparecem Aracati, Icó e Sobral, centros comerciais baseados na atividade da carne de charque, como já mencionamos.

O dinamismo de Icó e Aracati era significativo; Iço era considerada, no início do século XIX, a principal cidade do estado do Ceará e mantinha ligação comercial com áreas dos municípios próximos e também com Recife em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba. Era a maior aglomeração do estado do Ceará, com uma população estimada em torno de 7.000 habitantes, sendo ainda local de passagem entre Bahia e Pernambuco.

Sobral, cidade de 1º nível, destacava-se pelas funções citadas anteriormente, buscando manter tal expressão ao longo de sua história, visto que sua posição de núcleo urbano “dinâmico” foi se construindo aos poucos, desde seu nascimento como vila, na época das charqueadas, até os dias de hoje. Como centro coletor, recebia produtos vindos do sertão e das serras da Ibiapaba e Meruoca que, em seguida, eram exportados pelo porto de Camocim.

A pecuária foi sem dúvida a atividade preponderante, no processo de formação da vila de Sobral, assim como para a ocupação e organização do espaço cearense. Uma outra atividade de relevância para o crescimento de Sobral foi o cultivo do algodão a partir do século XIX. Para a base alimentar local, o plantio do milho e do feijão. Um aspecto importante é que essas culturas não eram necessariamente extensivas, podendo ocupar pequenas e grandes propriedades.

O cultivo do algodão, uma prática ainda não voltada para a exportação, ocorreu de forma contígua dentro de toda sua região, com uma organização cujo uso do território ocorre de forma mais singular, podendo se falar mesmo da região como solidariedade orgânica, caracterizada pelo uso do território pelos seus sujeitos, situação modificada com o decurso do tempo.

A transformação intensa do meio natural, que levará ao meio técnico, ocorrerá somente décadas depois, quando o algodão passou a ser cultivado em várias regiões do estado cearense, entre as quais o vale do Acaraú, o vale do Jaguaribe, o centro-norte, o sertão do Canindé e as serras de

Uruburetama e Baturité. Voltadas para o mercado externo, aos poucos, as oficinas passam a transformar o algodão, substituindo o processo que até então era basicamente manual.

A expansão do cultivo do algodão no interior do estado e, especialmente, o destaque de Fortaleza como principal centro coletor, tem como motor básico o desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra, que requeria matéria-prima principalmente dos Estados Unidos da América que, envolvidos na Guerra da Secessão, abandonaram o cultivo do algodão, deixando um vasto mercado consumidor desabastecido, conforme já se fez referência.

Com uma situação geográfica favorável, por situar-se no contato entre três zonas geoambientais, de serra, sertão e litoral, e funcionando ainda como passagem natural obrigatória para quem penetrasse o oeste do Ceará, Sobral consolidou-se como um “pólo regional” importante para a economia do Estado.

Além disso, Sobral estava próxima aos portos de Camocim e Acaraú, para onde eram levados aqueles produtos coletados por Sobral, tais como couro, sola e algodão para exportação. Através destes portos, importava da Europa produtos como porcelanas e roupas para o comércio da região, tornando-se um centro distribuidor até mesmo de produtos importados.

Economicamente Sobral firma-se através do binômio gado-algodão. Essas atividades caminham lado a lado, mas a segunda vai adquirindo características comerciais mais desenvolvidas. É deste período a implantação de uma indústria de beneficiamento do algodão, a Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano, um dos símbolos da emergência do período técnico em Sobral, onde os objetos são primordiais. Como garante (SANTOS 1999, p. 189), “os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos ao mesmo tempo”.

O crescente desenvolvimento da cultura do algodão acaba por proporcionar um rearranjo no território cearense através da chegada de um importante sistema de engenharia: a via férrea. A construção desse grande objeto imprime, do ponto de vista do cearense, um sopro de modernização. A construção do primeiro trecho da ferrovia, em 1870, ligava Fortaleza a Baturité. Sua ampliação em 1877 passa a abranger quase todo o estado, proporcionando a ligação da Capital com as áreas produtoras de algodão.

A rede ferroviária do estado era formada por duas linhas principais, a *linha Sul*, que ligava Fortaleza à região do Cariri e com o Estado da Paraíba e daí com os demais estados do Nordeste. E a *linha Norte*, que partia de Sobral, interligada a Camocim e a Crateús, quando ampliada, passa a ligar Sobral com Teresina no Piauí. O advento da ferrovia propiciou um maior crescimento de alguns núcleos urbanos cearenses, como Fortaleza, Iguatu, Crato e Sobral. Enquanto outros núcleos, como

Icó e Aracati, que não foram ligados à rede ferroviária, acabaram perdendo o destaque vivenciado anteriormente.

Sobral, como muitas das cidades nordestinas, contou com dois fatores importantes que contribuíram para sua expansão urbana, primeiro a situação geográfica, como ponto de entroncamento viário, fazendo ligação entre a capital do Ceará e os Estados do Piauí e Maranhão, através de rodovia e ferrovia, contribuindo para o fortalecimento de sua atividade comercial, fazendo da cidade um centro distribuidor de produção para toda a sua área de influência. (SILVA, 2000, p. 10).

Sobral mantém sua expressão até a década de 1920, mas sente de forma incisiva os efeitos da seca e do constante crescimento de Fortaleza. A Capital se fortalece pela função administrativa, comercial e de serviços, contribuindo para a fragilidade da rede urbana cearense. Não obstante, Sobral procura manter seu papel econômico ancorado na atividade algodoeira. Essa atividade contribuiu sobremaneira para a implantação de indústrias na cidade de Sobral, ligadas ao beneficiamento de matérias primas locais, como as indústrias têxtil, de óleo vegetal, sabão, alimentos, etc. Aqui já podemos falar de um meio técnico ampliado.

As indústrias têxteis irão vivenciar um momento de crescimento, pois, à medida que os preços do algodão caíam no mercado externo, dentro da conhecida “*crise internacional do algodão*”, assistia-se à instalação de indústrias nas áreas produtoras e distribuidoras do mesmo, a exemplo de Sobral, Aracati e Fortaleza. Em 1872, o governo oferecia vantagens financeiras para a implantação de indústrias têxteis na Capital do estado.

Revelava-se a tendência de aglomeração para a Capital, que assumia o papel dinamizador por questões políticas. Por sua vez, Sobral procurava no dinamismo comercial e no espaço agrícola a sua sustentação econômica, com a cultura do algodão herbáceo e no extrativismo da oiticica, da castanha de caju e da cera de carnaúba.

Chega-se ao século XX e Sobral permanece como uma cidade importante para a economia do estado cearense, como centro coletor de produtos agrícolas da região norte do estado, e com forte influência na economia regional. Nos anos 50 do mesmo século, sua atividade comercial sofreu uma estagnação e a atividade industrial ficou lenta, reflexos da seca de 1958 que atingiu fortemente todo o estado.

Por meio da prestação de serviços e do comércio mais diversificado, a cidade esforça-se em manter sua expressão em relação às cidades vizinhas, período em que o governo brasileiro inicia com

maior intensidade a denominada “modernização do país”, com as políticas regionais sobre o território. Dentre elas, a definição do papel de cada região, as portas do Brasil abrem-se para a instalação de montadoras automobilísticas e indústrias para fabricação de equipamentos e insumos agrícolas; cria-se também um mercado consumidor destes produtos. Assim como outras cidades do interior do Ceará e do Nordeste, Sobral passa a viver um novo período político, cultural e econômico, como será visto nos capítulos posteriores.

## **NORDESTE: “MUDANÇAS” RECENTES**

Com a estruturação do eixo dinâmico na Região Concentrada acentuando-se, o atraso do Nordeste torna-se perceptível, principalmente na passagem do modelo agro exportador para o industrial. É, nesse contexto, que foi criada no governo de Juscelino Kubitschek, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão ligado diretamente à Presidência da República.

Mas se faz necessário lembrar que, com o término da II Guerra Mundial, a fluidez passa a ser vista como essencial para a expansão crescente do capitalismo. As agências financeiras criadas pelas grandes potências exigiam projetos de desenvolvimento regional em todos os recantos do globo. Em decorrência dessa lógica, percebe-se que, mesmo com pitadas de boas intenções pelos idealizadores da Sudene, os sistemas de ações e normas da referida instituição não estavam imunes aos interesses externos.

Como a Sudene era uma das tantas formas utilizadas para a inserção do Brasil no mundo competitivo, indaga-se, no entanto, inserção de quem e para quem? E a que preço? A indústria de base, como motor fundamental, era patrocinada pelo Estado. Estado que se posicionou distintamente, no curso da História, dependendo das questões ideológicas em jogo.

Assim, no nacional desenvolvimentismo de Kubitschek, a Sudene é utilizada como primeira prática rumo à “descentralização” industrial em relação à Região Concentrada. Suas ações de planejamento são o fundamento de sua modernização. O primeiro passo foi dado com a criação de grandes fixos, como o polo petroquímico de Camaçari, construção de portos e ampliação das rodovias, ampliação da rede bancária, etc. Essa última passando a fornecer empréstimos para compras de máquinas e equipamentos.

Nesse momento, ocorre no Nordeste o aumento da fluidez, com novas funcionalidades urbanas, aproximação da industrialização e urbanização. “Esse novo modelo defendia uma ação direta do Estado intensificando e coordenando a industrialização que vinha ocorrendo espontaneamente através da substituição de importações” (COSTA, 1997, p. 13).

O Poder Público cria elementos para que o Brasil, como um todo, se insira na segunda divisão territorial do trabalho. Os “investidores”, com o beneplácito do Estado, aumentam a articulação indústria/agricultura, visando a integração de mercados. Onde o capital financeiro nacional e internacional se fez ampliar especulativamente e produtivamente.

A Sudene no Nordeste, pode ser vista como um desses suportes. O primeiro relatório, da região Nordeste, contido no GTDN sobre a problemática da indústria nordestina, aborda as seguintes propostas: implantação de uma siderúrgica; estímulo a pequenas empresas de substituição de importações oriundas do Sudeste e do Sul; modernização das indústrias têxteis e melhoramento da utilização do solo nordestino para crescimento da produção agrícola.

Os estados Nordestinos marcados pelo atraso econômico assistem o frenesi do discurso desenvolvimentista. As indústrias nascidas ainda em fins do século XIX, constituída por maquinarias antigas, recebem incentivo à modernização;

A partir de 1960, começou uma segunda fase de implantação industrial, em decorrência da política de industrialização regional posta em prática pela Sudene e teve como principal característica a canalização de recursos de outras áreas do país, mais precisamente do Sudeste, para a Região Nordeste. (AMORA, 1994. p.123)

No ano de 1961, foi aprovado no Congresso Nacional a Lei n.º 3995 que, no seu artigo 34, oferecia um abatimento de cinquenta por cento no imposto de renda às empresas nacionais que pretendessem investir no setor industrial do Nordeste. Em 1963, esse incentivo passa a beneficiar também indústrias estrangeiras, através da Lei n.º 4.239, no seu artigo 18. Esse mecanismo ficou conhecido como 34/18.

Durante a década de 1960, cerca de 721 projetos industriais foram aprovados pela Sudene, prevendo a geração de 130 mil empregos diretos, mas somente uma parte ínfima desses projetos fora colocada em operação, a maioria estava prevista para a década de 1970, o que na prática fez o Nordeste até mesmo perder certa posição na produção industrial brasileira, passando de oito por cento em 1960 para 5,7%, em 1970. Ademais, apresentaram-se imensas dificuldades na diversificação da indústria.

A região Nordeste não logrou atrair os segmentos produtores de bens de capital duráveis de consumo, de maior capacidade na geração de relações inter industriais fortes. Ao contrário, a retomada do crescimento, com a atração de unidades industriais do centro-sul, se fez,

exatamente, nos setores tradicionais do Nordeste. (DINIZ & BASQUES, 2004, p. 27).

Espacialmente, o 34/18 acabou privilegiando os estados da Bahia e Pernambuco. Pela sua localização geográfica mais próxima à região Sudeste, a Bahia passou a receber indústrias voltadas para a produção de bens intermediários, enquanto Pernambuco, por se encontrar mais aberto à modernização ou com melhores vantagens locacionais também acolheu mais investimentos. Mas dentro de cada estado no Nordeste, os investidores procuravam as maiores cidades para implementar seus empreendimentos.

No Ceará, as indústrias concentram-se fortemente em Fortaleza, onde os fatores de localização industrial eram mais atrativos. Fora da Capital, os núcleos urbanos que receberam mais incentivos e, conseqüentemente, atraíram mais indústrias na década de 60, foram as cidades médias de Juazeiro do Norte, Crato (sul do estado) e Sobral (norte do estado).

É inegável a contribuição da Sudene para o aumento de melhorias na infraestrutura do Nordeste: a malha rodoviária se expandiu num período de dez anos, era de 1.115 Km em 1959, passando para 6.885 Km em 1969; a integração interestadual aumentou; o macro sistema elétrico também cresceu através da construção das Usinas de Paulo Afonso em 1955 e da Usina de Boa Esperança; o serviço de água, que era de dezenove por cento em 1959, passa para 62% em 1979; entre 1963 e 1979 melhora também o precário sistema de telecomunicações, passando de 76 para 471 terminais, alcançando 714 localidades.

Entretanto, quando se analisa a procura da indústria pelo território no período de maior presença da Sudene, percebe-se que, enquanto se apresenta uma retração das indústrias de bens de consumo não duráveis na Região Concentrada, há um aumento dessa no Nordeste, formando os ramos tradicionais das empresas-territórios, que se apresentam ainda como ponto forte para o PIB dos estados Nordestinos.

No contexto da criação da Sudene, as indústrias predominantes eram as de alimentos e têxteis, perfazendo 65% da produção industrial da região, 55% em 1970 e novamente 65% em 2000. Quanto ao número de ocupações na indústria, houve um crescimento do emprego industrial de 262,975 mil em 1970 para 538,090 mil no início da década de 1980, o PIB também cresceu numa média anual de 9,7% ao ano.

A criação do complexo do pólo petroquímico de Camaçari não impactou na região como se propagara, a não ser no plano da psicosfera. Quanto à agroindústria, tem-se fechado, nos polos Petrolina-Juazeiro, produção de frutas cítricas. Fruticultura irrigada em pontos como Mossoró, no Rio Grande do Norte, Baixo Jaguaribe no Ceará, soja no sul do Maranhão, entre outros pontos.

O esvaziamento de recursos da SUDENE, a redução do quadro de seus idealizadores, a força

dos interesses exógenos, a redução de incentivos fiscais, são geralmente apontados como questões comprometedoras para a superação do atraso do Nordeste via Sudene. Evidenciam-se também dificuldades da região no que consiste à diversificação de sua estrutura industrial, pela concorrência com a Região Concentrada, com melhores condições competitivas no tocante aos segmentos mais fortes em capital e tecnologia.

Em fins dos anos de 1980, apresenta-se um ‘novo’ processo de busca pelo território brasileiro, diferenciado regional e setorialmente. Os novos usos do território envolvem inúmeras atividades industriais, inovação do setor de serviços, incremento do comércio etc.

Todavia, essa tendência não corresponde necessariamente a uma redistribuição harmoniosa das atividades econômicas do centro para a periferia, à medida que observamos paralelamente uma crescente diferenciação intra-regional, fenômeno que se confirmou nesta última década. Vários autores (SANTOS, SILVEIRA, CATAIA, MONIÉ, entre outros;) enfatizam a multiplicação de espaços seletivos, que funcionam frequentemente como geradores de espaços opacos, que geram poucos impactos intersetoriais na hinterlândia respectiva, em regiões até então periféricas: polos têxteis de Fortaleza, polos de calçados de plásticos em cidades como Sobral, polo eletrônico de Manaus, minerador de Carajás, petroquímicos no litoral nordestino etc. Essa tendência confirma então o caráter seletivo da reorganização setorial e regional da base produtiva brasileira dos últimos anos como discutiremos a seguir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir, sobretudo, dos anos de 1980, o regime de acumulação e o modelo de regulação do sistema capitalista procura na produção flexível as novas formas de produção, conforme já introduzido em capítulos anteriores. Porém, inserem-se mais do que no passado todas as regiões do globo dentro de um acelerado processo de circulação e de consumo, tendo como suporte o meio técnico científico informacional. Esses interesses se coadunam com os objetivos de algumas nações subdesenvolvidas, como o Brasil, que estão sempre prontas a permitir “novos” modelos de investimento e de tecnologia oriundos das economias desenvolvidas.

Quanto ao uso do território em sua totalidade, confirmam-se as tendências observadas no período anterior, tais como: diferenciação regional, concentração das atividades mais sofisticadas na Região Concentrada, necessidade de criar mecanismo para dinamizar as cidades intermediárias, sejam aquelas localizadas na hinterlândia das regiões metropolitanas ou distantes das mesmas. Assim, o uso atual do território se introduz de forma mais intensa num contexto econômico e político ditado por normas distantes, com efeito, a ampliar as contradições já existentes.

Se o território brasileiro acumulava profunda defasagem entre a economia nacional e a concorrência internacional, as diferenças internas também continuam gritantes. Mas o estado altera os mecanismos do aparelho produtivo nacional, para atender mais do que no passado às exigências do mercado em termos de competitividade econômica.

Com o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista iniciado em décadas atrás, caracterizado pelo forte esquema de investimentos produtivos patrocinados pelo estado, figura-se na atualidade apenas como lembrança. O modelo neoliberal consolidado nos anos de 1990 avança pelo país em outras frentes - ajustes macroeconômicos e monetários, reformas políticas e institucionais, grandes projetos infra-estruturais, tais como os programas *Brasil em Ação* e, depois, *Avança Brasil*, no intuito de promover a inserção competitiva do país nos circuitos da globalização.

A política neoliberal fortalecida pela receita de estabilização econômica, a crescente abertura para o mercado externo, as mudanças do papel do estado - privatizações das grandes estatais, do sistema de transporte de cargas, etc.-, se traduziram em um novo preço para a modernização do território. Quanto as empresas nacionais, elas enfrentam agora o aumento da produtividade das empresas estrangeiras, apoiadas em novas tecnologias de informação, composição de novos padrões de gestão e de organização do trabalho.

Dessa maneira, dentro desse ambiente global, caracterizado por uma concorrência cada vez mais acirrada entre os territórios produtivos, a captação dos fluxos materiais e imateriais da globalização torna-se uma prioridade. Conseqüentemente, a concorrência entre as cidades e os estados para a atração de investimentos diretos, nacionais e internacionais, tem impactos evidentes sobre as estratégias locacionais das firmas, se multiplicando os espaços alienados.

Podemos observar que a desconcentração da produção, corrente em direção à região Nordeste, em fins da década de 1980, prossegue durante os anos de 1990, sobretudo, para setores como têxtil, calçado, bebidas e alimentos. Paralelamente, em setores industriais mais sofisticados, tais como material de transporte, mecânica, informática, material elétrico e de comunicações, segue uma lógica diferente; estão nos centros urbanos da Região Concentrada, que atraem prioritariamente esses investimentos Pacheco, (1999).

Segundo Bacelar (1999), a permanência da diferenciação pelas estratégias locacionais dos diversos setores industriais, no território brasileiro, decorre do fato de que a conjuntura atual implica na consolidação de focos exportadores para alguns ramos, geralmente poucos intensivos em capital e mais afetados pela abertura comercial - o setor dos calçados sendo emblemático.

Esse setor, para se manter competitivo, com os rivais asiáticos, tem procurado reduzir seus custos, tradicionalmente superiores aos dos concorrentes chineses ou indonésios, assim,

procuraram principalmente o território Nordeste. Esse oferece mão-de-obra abundante e barata, incentivos fiscais, infraestruturas de transporte de qualidade e, em certos casos, uma maior proximidade geográfica dos mercados europeu e norte-americano, a exemplo do Ceará. O Nordeste assiste essa produção crescer enormemente num período de quinze anos, onde a participação do emprego nesse setor, que era de 2,9% em 1986, passa para 20,1% em 2000. Essa produção é, principalmente, de calçados de plásticos.

No campo da produção agrícola, percebemos também outros usos do território. Assim, constata-se uma nova configuração dos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação da soja, da laranja, da cana etc.. Essas mudanças se dão inicialmente na Região Concentrada e, num curto intervalo de tempo, espalha-se sobre vários pontos do território. A região Nordeste passa a ser vista como território fértil para esses investimentos, pois a eficácia agora não depende da natureza e sim do uso das novas tecnologias e do apoio dos gestores públicos.

Esses gestores têm, em todas as esferas ações voltadas para a melhoria da fluidez. Graças a essas ações é que dentro de poucas décadas o país foi cortado por novas vias de acesso rodoviário, com pontos de circulação através dos transportes aéreos e portuários. Estados e municípios criam uma densa rede de fluidez, ligando áreas de produção aos modernos portos. A formação dos oligopólios cresce de forma jamais vista, dispersando os pequenos produtores independentes. Muitos se tornam trabalhadores bóias-frias dentro desses espaços racionais. Na realidade, tanto o sistema de colonato no Sul do Brasil como o sistema de trabalho das fazendas do Nordeste brasileiro, que tinha seus moradores trabalhando em regime de parceria, entram em crise.

Essa nova divisão do trabalho tem na aceleração da urbanização uma outra consequência, dentro dela ocorre a transformação dos circuitos da economia urbana, pois as cidades se modificam em todas as escalas, tornando a modernização do presente ainda mais dolorosa.

Os empreendimentos estrangeiros assumem importância, não em números de estabelecimentos e de empregos, mas em volume de capital, e estão ligados a todos os ramos da economia, inclusive de turismo, formando um novo circuito espacial e ciclo de cooperação, sustentados por uma rede de hotelaria moderna, envolvendo, nesse circuito, agências de turismo, companhias aéreas, empresas de marketing, cassinos, restaurantes, etc.. Os investimentos turísticos se espalham pelo território brasileiro, sobremaneira, no Nordeste.

Há ainda uma diversificação dos investimentos estrangeiros no país. Mais recentemente empresários do setor imobiliário, constroem complexos residenciais condominiais, ocasionando uma crescente dispersão urbana, ou seja, cada vez mais eles chegam e usam o território brasileiro da forma que melhor lhes convém. Muitas empresas buscam uma crescente parceria com investidores nacionais

e distribuem seus investimentos também em novos espaços de residências no Nordeste brasileiro. A região vai se tornando território de segunda residência de muitos europeus.

As políticas em âmbito nacional parecem deixar para trás os ideários de grandiosidade de décadas passadas, que se materializaram graças à destruição dos nossos recursos naturais e o sacrifício de toda a nação com a constante queda do poder aquisitivo dos mais pobres. Em seu lugar, os governadores dos estados procuram agora, a qualquer custo, empreendimentos distintos para os seus territórios. Para isso oferecem os mais diferentes benefícios, numa espécie de bingo, em que se transformou o território Nordeste.

Os circuitos da economia urbana se renovam num movimento desigual e cominado, como nos fala Silveira (2004). Faz-se mister pensar as relações entre espaço urbano e o movimento da sociedade, centrando atenção nos desdobramentos da economia urbana, as inter-relações entre o circuito superior moderno, circuito superior marginal e o circuito inferior.

Se, no presente, a modernização acelera a expansão do circuito superior para distintos pontos do território brasileiro, formado por um número reduzido de monopólios, têm nas normas criadas pelo estado as condições ideais cada vez mais a favor de seus interesses.

Conflitos entre velhos e novos atores, interesses estabelecidos e os que tentam se consolidar. O momento é, portanto, propício para analisar e interpretar os possíveis significados desses novos territórios, diferenciados pela tecnologia e dinamizados pelos interesses, pelas estratégias e pelo potencial de transformação, no espaço regional. (CASTRO, 2000, p. 53).

O crescimento cumulativo nas grandes cidades pós-década de 50, de fato, só vai cessar em anos recentes. Porém, dois movimentos de “descentralização” distintos, são importantes como reveladores das novas características dos movimentos migratórios: a) o processo de mecanização do campo expulsa trabalhadores que, em número crescente, se unem na busca pela terra em todo Brasil, dando origem a inúmeros assentamentos; b) procura de novos espaços para o trabalho em muitas cidades intermediárias, por meio de atividades privadas distintas, como o turismo, o comércio moderno (lojas de franquia e rede de supermercado), indústrias leves etc..

Percebe-se que esses novos usos vão se configurando no território e que não seriam possíveis sem os sistemas de ações e de objetos materializados pelo poder público, este se molda, a cada momento, em que é solicitado por comandos distantes.

## REFERÊNCIAS

- AMORA, Z. B. **Aspectos históricos da industrialização do Ceará.** In : SOUZA, Simone de (org.). História do Ceará. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- BACELAR, Tânia. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional.** In Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, 30: 2: 144-161, 1999.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. 94p.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem internacional.** São Paulo: Editora UNICAMP, 1985.
- COSTA, C. L. **Urbanização da sociedade cearense.** In: DAMIANI Amélia L. et al. (orgs.). O espaço no fim de século uma nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- CASTRO, Iná E. de. **O Mito da Necessidade - Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Ilhas de tecnologia no nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza.** Revista Território. Rio de Janeiro, nº9, jul.-dez. 2000, LAGET-UFRJ, pp.45-63. 2000
- CATAIA, Márcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas - A fragmentação do Território Brasileiro.** Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da FFLCH da USP. São Paulo. 2001.
- \_\_\_\_\_. **A Alienação do território – O papel da Guerra fiscal no Uso, Organização e Regulação do Território Brasileiro.** In: SOUZA, M. A. de. (org.) Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 397-407.
- DINIZ, C. C.; BASQUES, M. F. D. A industrialização nordestina recente e suas perspectivas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004. 106 p.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1974.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Charqueadas.** In SOUZA, Simone,(Org.). História do Ceará. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- PACHECO, C. A. (1999): **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília, Coleção Textos para Discussão, nº633, IPEA.
- ROCHA, Herbert. **O Lado esquerdo do Rio.** São Paulo. Hucitec. 2003.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **O retorno do território.** In SILVEIRA, Maria Laura. de et al. (orgs.) TERRITÓRIO globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 3ª edição. 1996.

\_\_\_\_\_. & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002 [1971b].

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo. EDUSP. 2005.

SILVA, José Borzacchillo. **Os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: multigraf Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Contradições.** In: DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani A. et all (org.). O espaço no fim de século – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pelo retorno da região:** desenvolvimento e movimentos sociais no Nordeste contemporâneo In: Castro, I. de; EGLER, C.A.G & MIRANDA, M (org): Redescobrimo o Brasil. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1999.

\_\_\_\_\_. **O Algodão na organização do espaço.** In SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova História do Ceará. 2ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. **São Paulo: Os dinamismos da Pobreza.** In Carlos, Ana Fani; Oliveira Ariovaldo U. (Org.). As geografias de São Paulo. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto. 2004, v. 1, p. 59-71

SOUZA, Maria Salete de. **O Crescimento das cidades no Ceará e sua evolução.** In anais do 4º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. AGB. Fortaleza, 1995. (105-111).

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da hierarquia urbana no Ceará. **In: Revista Brasileira de Geografia**, n.º 39 Rio de Janeiro: 1972 (54-86).